



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
GABINETE DO PREFEITO

fls 03  
JL

MENSAGEM/078

Rio Grande, 23 de abril de 2001.



Senhor Presidente,

Honra-nos cumprimentá-lo, oportunidade em que encaminhamos a essa Colenda Casa Legislativa para apreciação e aprovação o o Projeto de Lei nº 026, que **AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL, A CONTRATAR 08 (OITO) MECÂNICOS POR TEMPO DETERMINADO, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**, em substituição ao Projeto de Lei nº 022, enviado através da Mensagem/070, tendo em vista a inclusão do vale alimentação aos mecânicos contratados.

Sendo o que tínhamos para o momento, colhemos o ensejo para renovar a V. Exª. e Nobres Pares nossos protestos de mais alta estima e consideração.

Respeitosamente.

  
**FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO**  
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor  
VER. WILSON BATISTA DUARTE SILVA  
DD. Presidente da Câmara Municipal  
NESTA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 5.505, de 04 de maio de 2001.

**AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL, A CONTRATAR 08 (OITO) MECÂNICOS POR TEMPO DETERMINADO, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O PREFEITO MUNICIPAL DO RIO GRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica em seu Artigo 51, Inciso III,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Artigo 1º** – Fica o Executivo Municipal autorizado a contratar 08 (oito) mecânicos para atendimento das necessidades de excepcional interesse público.

**Artigo 2º** – Os contratos serão por tempo determinado de 90 (noventa) dias, prorrogáveis por igual período, a contar da data de suas assinaturas, dispensado o concurso na forma da Constituição Federal.

**Artigo 3º** – As contratações e rescisões serão executadas pela Administração Direta.

**Artigo 4º** – As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

**Artigo 5º** – Os contratados cumprirão carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e farão jus a remuneração mensal no valor de R\$ 164,22 (cento e sessenta e quatro reais e vinte e dois centavos), acrescido do abono de R\$ 50,00 (cinquenta reais), previsto na Lei 5.398/2000 e adicional de insalubridade.

**Artigo 6º** – Os contratados através da presente Lei farão jus também ao vale-transporte, vale alimentação, 13º salário e férias proporcionais por ocasião da rescisão contratual.

**Artigo 7º** – Não é permitida a execução de horas-extras.

**Artigo 8º** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

GABINETE DO PREFEITO

**Artigo 9º –** Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, 04 de maio de 2001.



**FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO**  
Prefeito Municipal

cc.: SMF/SMCP/SMA/SMOV/CM/PJ/Publicação.-





**Estado do Rio Grande do Sul**  
**Câmara Municipal do Rio Grande**

Of. n.º 578/2001  
Processo nº 77.463

Rio Grande, 03 de maio de 2001.

**Senhor Prefeito,**

Apraz-nos cumprimentá-lo oportunidade que, encaminhamos a Vossa Excelência, Projeto de Lei em anexo, aprovado em sessão realizada no dia de ontem para sua devida apreciação.

Sendo o que tínhamos para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração.

  
**Ver. Wilson Batista Duarte Silva**  
**Presidente**

**ANEXO: “Autoriza o Executivo Municipal a contratar 08 (oito) mecânicos por tempo determinado, para atendimento das necessidades de excepcional interesse público.”**

**Exmo. Sr.**  
**Fábio Branco**  
**Prefeito Municipal**  
**Nesta**

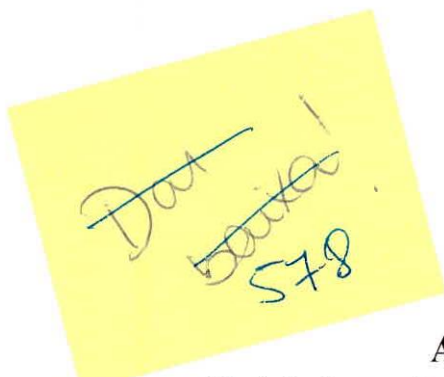
Doe órgãos, doe sangue: Salve Vidas!



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**Câmara Municipal do Rio Grande**

**PROJETO DE LEI**

**“AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR 08 (OITO) MECÂNICOS POR TEMPO DETERMINADO, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.”**



**Artigo 1º** - Fica o Executivo Municipal autorizado a contratar 08 (oito) mecânicos para atendimento das necessidades de excepcional interesse público.

**Artigo 2º**- Os contratos serão por tempo determinado de 90 (noventa) dias, prorrogáveis por igual período, a contar da data de suas assinaturas, dispensado o concurso na forma da Constituição Federal.

**Artigo 3º**- As contratações e rescisões serão executadas pela Administração Direta.

**Artigo 4º**- As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

**Artigo 5º**- Os contratados cumprirão carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e farão jus a remuneração mensal no valor de R\$ 164,22 (cento e sessenta e quatro reais e vinte e dois centavos), acrescido do abono de R\$ 50,00 (cinquenta reais), previsto na Lei 5.398/2000 e adicional de insalubridade.

**Artigo 6º**- Os contratados através da presente Lei farão jus também ao vale-transporte, vale alimentação, 13º salário e férias proporcionais por ocasião da rescisão contratual.

**Artigo 7º**- Não é permitida a execução de horas-extras.

**Artigo 8º**- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 9º**- Revogam-se as disposições em contrário.



Doe órgãos, doe sangue: Salve Vidas!



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**Câmara Municipal do Rio Grande**

**COMISSÃO DE FINANÇAS**

Assunto :

Processo n.º 77.463

**PARECER**

Esta COMISSÃO após apreciar o Projeto de Lei, constante do Processo acima mencionado, considera-o enquadrado dentro das normas orçamentárias vigentes.

Rio Grande, 30 de abril

de 199X 2001

**VOTO**

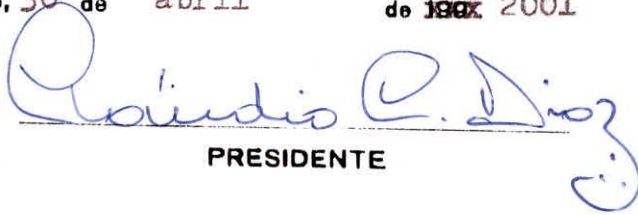
Considerando os Pareceres Jurídico  
pela Constitucionalidade;

Tendo o Substitutivo o caráter da  
excepcionalidade, uma vez que aguar  
da apenas a publicação do Edital pa  
ra fins de concurso público;

Considerando justas as necessidades  
a presente contratação,

Esta Comissão É FAVORAVEL A SUA  
TRAMITAÇÃO.

Em 30.4.2001

  
PRESIDENTE

VICE-PRESIDENTE  
  
SECRETARIO

  
MEMBRO

MEMBRO



fls. 03  
JL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Assunto :

PARECER

PROCESSO N.º 77.463

Esta Comissão, após apreciar o projeto de Lei, constante do Processo acima mencionado, declara tratar-se de matéria CONSTITUCIONAL.

Este o parecer desta Comissão, que o submete à deliberação do Plenário.

Sala das Comissões, 30 de abril de 1999 2001

*Of. Consultor Jurídico*  
*Para parecer.*

*RG, 25/04/2001*

Parecer 234/2001

Tendo chegado a esta Consultoria Projeto de Lei "Substitutivo" ao PL 026/2001 ao de PL 022/2001, deixo de, neste momento, manifestar, fazendo somente no substitutivo, que analisado não encontrei contradições a sua redação.

*25049*  
**Túlio Rodrigues**  
CONSULTOR JURÍDICO

Presidente

Vice-Presidente

Secretário

Membro

Membro



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 026, de 23 de abril de 2001.

**AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL, A CONTRATAR 08 (OITO) MECÂNICOS POR TEMPO DETERMINADO, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

**Artigo 1º** – Fica o Executivo Municipal autorizado a contratar 08 (oito) mecânicos para atendimento das necessidades de excepcional interesse público.

**Artigo 2º** – Os contratos serão por tempo determinado de 90 (noventa) dias, prorrogáveis por igual período, a contar da data de suas assinaturas, dispensado o concurso na forma da Constituição Federal.

**Artigo 3º** – As contratações e rescisões serão executadas pela Administração Direta.

**Artigo 4º** – As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

**Artigo 5º** – Os contratados cumprirão carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e farão jus a remuneração mensal no valor de R\$ 164,22 (cento e sessenta e quatro reais e vinte e dois centavos), acrescido do abono de R\$ 50,00 (cinquenta reais), previsto na Lei 5.398/2000 e adicional de insalubridade.

**Artigo 6º** – Os contratados através da presente Lei farão jus também ao vale-transporte, vale alimentação, 13º salário e férias proporcionais por ocasião da rescisão contratual.

**Artigo 7º** – Não é permitida a execução de horas-extras.

**Artigo 8º** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 9º** – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, 23 de abril de 2001.

**FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO**  
Prefeito Municipal

cc.: SMF/SMCP/SMA/CM/PJ/Publicação.-